

A PRODUÇÃO DE SABERES NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

*Maria Luisa Vicente Ribeiro
Jessica Franciele Oliveira de Souza
Rogério Amador de Melo
Danielle Jardim Barreto

Este trabalho faz parte do Projeto de Iniciação Científica, executado na Universidade Paranaense, campus Umuarama, intitulado “Atravessamentos e inovações na formação em Psicologia após advento das Diretrizes Curriculares Nacionais”. Ao pensarmos na formação em Psicologia ao longo da história devemos pensar também nos processos pelos quais esta profissão passou para se firmar enquanto ciência. Uma profissão que ao longo dos anos dividiu-se em variados olhares buscando explicar seus objetos de estudo – o homem e a mulher – de forma clara e objetiva, uma profissão que se sistematizou buscando comprovar veracidade em suas produções. Na luta em se estabelecer como ciência e profissão a Psicologia adotou o modelo médico de atendimento, lutando para garantir seu espaço nos consultórios. Como pontua Bock (1999), “a Psicologia acompanhou o desenvolvimento do país desde o **controle** no Brasil colonial, a **higienização** do início do século XIX, a **diferenciação** no século XX” (Bock, 1999, p. 319).

Entendemos que os saberes produzidos na formação do psicólogo estão no campo das ciências humanas em suas diversificações de saberes, que podemos resumidamente definir como a ciência que tem o próprio existir do homem no mundo como foco de produção e intervenção do conhecimento. Sendo este o objeto de produção e intervenção é preciso fundir saberes sobre o humano através da miscigenação defendida por Serres (1993), para a compreensão da complexidade e produção dos saberes da completude do humano. Nas palavras de Foucault (1992):

As ciências humanas não são uma análise do que o homem é por natureza; são antes uma análise que se estende entre o que o homem é em sua positividade (ser que vive, trabalha, fala) e o que permite a esse mesmo saber (ou buscar saber) o que é a vida, em

que consistem a essência do trabalho e suas leis, e de que modo ele pode falar. (p. 488).

Estes saberes sobre/para o homem/mulher só puderam configurar-se enquanto ciência quando o próprio homem é “criado” nas práticas discursivas da modernidade enquanto objeto do/para conhecimento, segundo Foucault (1992).

A produção de saber não esta desconectada da história, a formação em Psicologia enquanto campo de saber dito autônomo advém da racionalização engendrada na modernidade através do projeto de afastamento da filosofia e aproximação das ciências médicas positivistas.

Esta aproximação permitiu à construção e uso de saberes sobre o humano fortemente vinculado as dicotomias saúde/doença, indivíduo/sociedade, a identificação psicodiagnóstica e cura das ditas anormalidades nos modos de viver contemporâneos. Esta formação psi pautada na medicina produziu ao longo da história práticas e saberes estigmatizantes, desconectados do contexto histórico e da realidade social. Como explica Geraldini (2007), na modernidade:

O homem surge na biologia, na economia política e na filosofia como invenção recente desses saberes, não estando mais no final de um quadro bem ordenado como o modelo último e perfeito. Ele agora é dado à experiência, e é pensado como um objeto a ser descoberto e desvendado, como um objeto que tem um corpo físico com estrutura e funcionamento que devem ser explorados. A linguagem fará parte dessa busca por entender qual homem é esse, que se constitui também pela fala. Enquanto um ser que trabalha, as condições que circulam nesse espaço serão pensadas como constitutivas dele próprio. (p. 125).

Para Foucault (1997), a produção de saberes dicotômicos sobre o homem pode pautar-se no entendimento de como e para que o homem busca a si mesmo e do entendimento de sua finitude, e para experimentar a vida, precisamos estar afetados pelas verdades produzidas

discursivamente. É nesse sentido que Pellejero (2008) ao falar dessas verdades produzidas diz que:

Pôr a ficção no lugar da verdade, contudo, não é desfazer-se da verdade em si, não é negar o seu valor para a vida; é, simplesmente, afirmar que a verdade é segunda, que não está dada, mas deve ser criada, que não é princípio, mas produto: produto de um trabalho criativo e ficcional, subjacente a todo o pensamento preocupado em agenciar o múltiplo (histórico, social, cultural, libidinal) (p. 3).

Ribeiro (2011), pontua que o saber eventualmente seria um resultado das relações de forças, uma luta entre verdades por um decreto de verdade. Na definição foucaultiana, o conhecimento como resistência geraria, com maior precisão, efeitos de verdade. E essa verdade, em consequência de suas circunstâncias, seria elementos distintos de debates da atualidade

A problematização deste trabalho entende as práticas discursivas da Psicologia como territórios de subjetivação, por isso a necessidade de visualizarmos as produções de saberes/verdades são atravessados pelas práticas psi, que em até então (antes das diretrizes curriculares) enaltecia a formação clínica individualizada, entendendo o homem como um ser em constante busca de si mesmo.

Tal articulação se faz necessária pela constante produção de práticas de assujeitamento que permeiam o campo de afetações discursivas, que podem ser consideradas como novas práticas de controle e cerceamento subjetivo. Deleuze (1992) nos apresenta a “evolução” da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, vejamo-la:

As sociedades disciplinares têm dois pólos: a assinatura que indica o *indivíduo*, e o número de matrícula que indica sua posição numa *massa*. É o que as disciplinas nunca viram incompatibilidade entre os dois, e é ao mesmo tempo que o poder é massificante e individuante, isto é, constitui num corpo único aqueles sobre os quais se exerce, e molda a individualidade de cada membro do corpo (...). Nas sociedades de controle, ao contrário, o essencial não é mais a assinatura e nem um número, mas uma cifra: a cifra

é uma *senha*, ao passo que as sociedades disciplinares são reguladas por *palavras de ordem* (tanto do ponto de vista da integração quanto da resistência). A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso a informação, ou a rejeição. Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se “*individuais*”, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou “*bancos*” (p. 226).

Para Deleuze (1992), a transformação da sociedade disciplinar para a sociedade de controle já estava prevista por Foucault, e neste processo já problematizavam a emergência dos corpos que resistiam ao maquinário institucional do disciplinamento, já analisando os efeitos nos processos de subjetivação na sociedade pós disciplinamento, Deleuze afirma sabiamente que: “Não se deve perguntar qual é o regime mais duro, ou mais tolerável, pois é em cada um deles que se enfrentam as liberações e as sujeições (...). Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas”. (Deleuze, 1992, p.224)

E nesse campo relacional de saberes que lidamos com a diversidade de jogos que afetam o discurso psicológico sobre e para o homem: “[...] fragmentarismo e mecanicismo x perspectivas mais amplas e integradas; subjetivismo x objetivismo; mentalismo x materialismo; individualismo x coletivismo; naturalismo biologista x perspectivas sociais e históricas” (Prado Filho & Martins, 2007, p. 15). Ribeiro (2011) nos apresenta isso dizendo que:

Uma das linhagens de tradição crítica destacará um possível caráter dual da ação educacional. Por um lado, é reconhecida a força do currículo como um lugar de reprodução das relações sociais, sobretudo na conservação das condições de desigualdade social presentes no modelo econômico capitalista. Por outro, é reconhecida a força de resistência constitutiva da educação, no sentido de superação desse reprodutivismo social. Aqui, a capacidade de resistência se afirmaria na medida em que se atribuiria à esfera pedagógica, via ação curricular, o trabalho privilegiado de formação do pensamento crítico, tendo em vista processos de emancipação de sujeitos e produção de outras condições de existência social. Conservação e resistência seriam,

pois, expressões de (re) produção das relações sociais. Para tal vertente, os movimentos das relações sociais e os modos de lidar com o pensamento nas práticas pedagógicas implicar-se-iam dialeticamente (p. 616).

Pellejero (2008), diz que não se trata de sair desse mundo que existe, mas sim de inventar novas circunstâncias para expor outras formas possíveis, e que conseqüentemente através dessas novas variáveis venham desconstruir o mundo existente. Como uma consolidação do pensamento político, a filosofia aparece como uma nova forma de agenciamento de multidões, para uma aliança com novos objetivos.

A liberdade conseguida pelo conhecimento apoia-se em um jogo na qual a conjunção do homem com a verdade tem como direção a razão. Na educação moderna, tal fundamento gera as seguintes divisões: “de um lado, a certeza de um sujeito ontológico, uma consciência fundada na razão; de outro, uma verdade como possibilidade, um destino a ser alcançado por meio do trabalho de esclarecimento sustentado na educação da razão” (Ribeiro, 2011, p. 617).

Com efeito, a Psicologia nesse contexto precisa ser vista como possibilidade de campo de agenciamento de saberes de resistência aos processos de assujeitamento e sujeição. Cumpre assinalar que, a partir de tais reflexões a Psicologia como ciência, área de atuação e território de produções de saberes, começou a revisar e reavaliar sua prática dentro de um contexto epistemológico de formação, numa busca de ampliação e constituição de práticas e saberes que abarcassem o homem em situações reais, engendrados por redes comunitárias, sócio-dinâmicas e institucionais. Isso de certa forma demanda tanto do profissional, bem como do processo de formação em Psicologia, uma urgência, definida claramente por Peres (2011):

Mais do que necessário se faz urgente uma revisão crítica dos postulados teóricos “psi”, no sentido de ampliar a visão sobre os sujeitos do sistema sexo/gênero/desejo de modo a abandonar a idéia de patologia e ou perversão que se abate sobre as expressões sexuais e de gêneros para nos aproximar da idéia de estética da existência proposta por Michael Foucault, e quem sabe, assim, promover mais respeito para com as diferenças e as dissidências do sistema heteronormativo falocentrado (p. 103).

Essas relações de saber e poder agenciam dispositivos especializados de produção de discursos, que respaldam vários projetos de formação profissional, incluindo aqui a própria Psicologia - profissão em consonância com as descobertas sobre os modos de existir do homem.

Se o indivíduo é sujeito e objeto do conhecimento, é preciso constituir um domínio científico sobre ele, buscar leis que possam facilitar o pleno aproveitamento de sua capacidade produtiva, agenciando discursos de verdade, que podem manter os estados de existência instituídos, o qual teoricamente a Psicologia poderia em tese problematizá-los e (des) institucionalizá-los, produzindo ficções, buscando novas armas para agenciarmos vidas plenas na sociedade de controle.

Referências

Bock, A. M. B. (1999). A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, 4(2), 315-329.

Deleuze, G. (1992). *Conversações*. (P. P. Pelbart, Trad.). São Paulo: 34. (Trabalho original publicado em 1990).

Foucault, M. (1992). *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. (S. T. Muchil, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1966).

Foucault, M. (1997). *Resumo dos Cursos no Collège de France (1970 – 1982)* (A. Daher, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.

Geraldini, J. R. (2007). As ciências humanas na arqueologia de Michel Foucault. *Revista de Ciência Humanas*. 41(1 e 2), p 123-139.

Pellejero, E. (2008). A conjura dos falsários. *Humanidades em Revista*. 6, 1-18.

Peres, W.S. (2011). Tecnologias e programação de sexo e gênero: apontamentos para uma Psicologia política QUEER. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. (org) (2011). *Psicologia e Diversidade Sexual: desafios para uma sociedade de direitos*. Brasília: CFP.

Prado Filho, K.; Martins, S. (2007). A subjetividade como objeto da(s) Psicologia(s). *Psicologia & Sociedade*; 19(3), 14-19.

Ribeiro, C. R. (2011). "Pensamento do fora", conhecimento e pensamento em educação: conversações com Michel Foucault. *Educação e Pesquisa*, 37(3), 613-628.

Serres, M. (1993). *Filosofia Mestiça: Le tiers-isntruit*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

**EIXO TEMÁTICO: NOVAS PERSPECTIVAS DE PESQUISA E ATUAÇÃO EM
PSICOLOGIA**